

## TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 15/2024- CGPTE	
<b>Título e Código do Projeto:</b>	<b>914BRZ1149</b> - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
<b>Local de Trabalho:</b>	Brasília-DF
<b>Período do contrato:</b>	11 meses
<b>Número de vagas:</b>	01 (uma)
<b>Enquadramento no Prodoc:</b>	Atividade 1.2.5 Realizar análise e indicação de necessidade de aperfeiçoamento e inovação do sistema de implantação, controle e monitoramento dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar.

### **1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

Para que os programas de manutenção escolar sejam bem compreendidos e executados, o FNDE precisa investir em estratégias efetivas de assistência técnica e informação.

Nesse contexto, visando melhorar a execução das políticas educacionais, a cooperação técnica busca alcançar resultados tangíveis e mensuráveis no projeto específico através da contratação de consultores individuais. A contratação de um consultor com o perfil indicado é essencial para atender às necessidades do PAC Transporte Escolar em 2024, considerando a complexidade das análises e propostas que visam aprimorar a gestão e a execução do programa. Com formação acadêmica em Ciências Sociais Aplicadas e especialização na área, além de ampla experiência e ênfase em acompanhamento de projetos educacionais, o consultor estará preparado para colaborar com proposição de estratégias voltadas à eficiência operacional e ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e contribuindo para o fortalecimento e a eficácia das ações do programa.

### **2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

**Resultado 1.2:** Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da

Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

**Atividade 1.2.5** Realizar análise e indicação de necessidade de aperfeiçoamento e inovação do sistema de implantação, controle e monitoramento dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar.

### 3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

#### Atividades:

##### Consultor 1

Atividade 1: Levantar e sistematizar dados socioeconômicos, geográficos e educacionais dos municípios beneficiados.

Atividade 2: Analisar a execução financeira, verificando conformidade normativa e eficiência operacional.

Atividade 3: Identificar desafios logísticos, administrativos, financeiros e de prestação de contas enfrentados pelos municípios.

Atividade 4: Pesquisar boas práticas e diretrizes aplicáveis ao fortalecimento do programa.

Atividade 5: Propor estratégias e intervenções para superar desafios e ampliar a eficiência das ações.

Atividade 6: Elaborar documentos técnicos consolidando diagnósticos, análises e propostas.

Atividade 7: Realizar reuniões com os gestores para apresentar os produtos e ajustar conforme feedback recebido.

### 4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

#### Perfil: 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Produto 1</b> contendo diagnóstico dos municípios beneficiados pelo PAC Transporte Escolar no ano de 2024, com análise integrada dos aspectos socioeconômicos, geográficos e educacionais das localidades atendidas, incluindo um levantamento da infraestrutura disponível e das demandas específicas relacionadas ao transporte escolar.	40 dias
<b>Produto 2</b> contendo a avaliação da execução financeira dos recursos alocados ao PAC Transporte Escolar em 2024, com ênfase na verificação da conformidade com normativas vigentes, na eficiência operacional das ações realizadas e no alinhamento estratégico com as diretrizes do programa e as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE).	100 dias
<b>Produto 3</b> contendo análise criteriosa dos desafios centrais enfrentados pelos municípios na execução do PAC Transporte Escolar, abordando questões logísticas, administrativas, financeiras e relacionadas à prestação de contas, com vistas à identificação de áreas críticas e oportunidades de melhoria.	165 dias
<b>Produto 4</b> contendo proposição de estratégias e intervenções para a gestão e operacionalização do PAC Transporte Escolar, direcionadas à superação dos desafios identificados, à ampliação da eficiência das ações e ao fortalecimento do impacto do programa no alcance de seus objetivos educacionais.	230 dias

**Produto 5** contendo análise de boas práticas e diretrizes para fortalecimento do PAC Transporte Escolar em 2024, com base em experiências documentadas, relatórios anteriores e orientações técnicas do FNDE e de outros programas correlatos.

320 dias

\* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

## 5 – INSUMOS

Ao(A) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- **Formação Acadêmica:** Certificado de Pós-graduação, em nível de especialização relacionado à área de formação, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- **Experiência profissional:** mínima de 10 (dez) anos em controle de processos e elaboração de relatórios gerenciais comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.
- **Experiência profissional:** mínima de 05 (cinco) anos em atividades relacionadas ao acompanhamento da execução de projetos e/ou programas na área de educação.
- **Experiência profissional:** mínima de 03 (três) anos de experiência em atividades relacionadas ao acompanhamento da execução de políticas públicas no âmbito da administração pública federal.

### 6.2 Desejáveis:

- **Experiência profissional:** mínima de 03 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos no governo federal, comprovada por meio de carteira de trabalho, ou documentos que atestem o requisito solicitado.

## 7 – PROCESSO SELETIVO

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo no mínimo 2 (dois) servidores do FNDE, e podendo ser um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

#### 7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

a) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;

b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;

c) Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.

d) Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência

e) As candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;

f) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

g) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;

h) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

#### 7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;

b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

c) A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;

d) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;

f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

#### 7.4.3 TERCEIRA ETAPA - Análise documental/convocação

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail 914BRZ1149@fnde.gov.br;
- d) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- e) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- f) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- g) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### 7.4.4 Critérios de desempate

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência em atividades relacionadas ao acompanhamento da execução de projetos e/ou programas no âmbito educacional.
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência em uso de sistemas informatizados do governo federal relacionados à gestão e ao acompanhamento de programas, projetos e/ou atividades na área da educação;
- c) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de análise curricular.

## 8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	<p>É <b>obrigatório</b> que possua Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de Ciências Sociais Aplicadas, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p>É <b>obrigatória</b> Pós-graduação, em nível de especialização relacionado à área de formação, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino</p>	[100%] 10 pontos: especialização ou Mestrado ou Doutorado	10

Qualificação e Experiência do Candidato				
		superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC		
		A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.		
2	Experiência Profissional	É <b>obrigatório</b> que possua no mínimo de 10 (dez) anos de experiência em controle de processos e elaboração de relatórios gerenciais, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 15 pontos: 12 anos ou mais [85%] 12,75 pontos: 11 anos [70%] 10,5 pontos: 10 anos	15
		É <b>obrigatório</b> que possua no mínimo de 05 (cinco) anos de experiência em atividades relacionadas ao acompanhamento da execução de projetos e/ou programas na área de educação.  A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador ou instituição de ensino.	[100%] 15 pontos: 7 anos ou mais [85%] 12,75 pontos: 6 anos [70%] 10,5 pontos: 5 anos	15
		É <b>obrigatório</b> que possua no mínimo de 03 (três) anos de experiência em atividades relacionadas ao acompanhamento da execução de políticas públicas no âmbito da administração pública federal.  A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador ou instituição de ensino.	[100%] 20 pontos: 5 anos ou mais [85%] 17 pontos: 4 anos [70%] 14 pontos: 3 anos	20
		É <b>desejável</b> que possua no mínimo 03 (três) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos no governo federal, comprovada por meio de carteira de trabalho, ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 20 pontos: 5 anos ou mais [85%] 17 pontos: 4 anos [70%] 14 pontos: 3 anos	20

Qualificação e Experiência do Candidato				
3	Entrevista	Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito	5
TOTAL DE PONTOS				100

## 9 – LOCAL DE TRABALHO

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

## 10 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

## **11 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenador-Geral da Política do Transporte Escolar - CGPTE por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

Brasília/DF, novembro de 2024.